

## Editorial

A Pedagogia das Competências: do que se trata? O que significa? É o que você vai descobrir lendo a matéria de capa deste mês e entender por que o conceito de competências tem “dado as cartas” nas relações do mundo do trabalho e da educação.

Veja também o outro lado da polêmica discussão sobre as competências dos técnicos e auxiliares de saúde bucal, em uma entrevista com Wilson Chediek, membro do Conselho Nacional de Representantes da Associação Brasileira de Cirurgiões-dentistas, que tem uma posição oposta ao do nosso entrevistado da última edição. Leia as duas entrevistas e tire suas próprias conclusões.

No próximo ano, em um dos eventos mais importantes da saúde pública no Brasil, o Congresso da Abrasco, uma novidade e uma conquista: o I Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde. Pela primeira vez teremos um espaço que vai privilegiar, especificamente, a for-

mação técnica em saúde. Parafraçando os Novos Baianos: “...chegou a hora das Escolas Técnicas mostrarem seu valor...”. As inscrições vão até 13 de janeiro. Não perca tempo, mande seu trabalho!

A seção especial sobre a Conferência traz, nesta edição, o terceiro eixo – que fala da participação do trabalhador na negociação da gestão do trabalho e da educação na saúde – e o quarto, que trata do financiamento do trabalho e da educação na saúde.

Quanto às notícias das nossas escolas, um destaque para a pesquisa nas ETSUS: a Unimontes, desde julho de 2005, é mais uma estação de pesquisa da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS) e já tem dois estudos concluídos.

Um abraço e boa leitura.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Conheci esta revista recentemente através de um colega e fiquei encantada com a qualidade das reportagens. Sou pedagoga de formação e especialista em saúde pública. Trabalho numa Diretoria Regional de Saúde desenvolvendo ações de Educação Popular em Saúde.

Agora que conheci a RET-SUS, vou divulgá-la para outras pessoas, pois seu conteúdo deve ser do conhecimento de todos.

Um abraço

Lucia Maria da Silva Leão  
Itaberaba - Bahia

Adoro as reportagens das revistas. São muito importantes para a discussão da formação de recursos humanos e da prática em saúde pública em nosso país. Gostaria de matérias relacionadas à inserção de novas categorias profissionais nas equipes de PSF, como a terapia ocupacional. Parabéns pelo trabalho!

Abraços

Victor Cavaleiro  
Belém - Pará

# CAIU NA REDE É PEIXE!

CACO



## ETSUS da Unimontes monta Estação de Pesquisa da ROREHS

Nesse movimento de valorização dos espaços de pesquisa, a Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes, em Minas Gerais, criou uma Estação de Pesquisa, que se propõe a oferecer dados e informações úteis para ações visando tanto ao ensino profissional quanto à elaboração de políticas públicas. A Estação tem como objetivo realizar estudos e pesquisas sobre a área de educação profissional de nível técnico em saúde no Norte de Minas Gerais, envolvendo as relações de trabalho e as formas de inserção profissional e sobre a trajetória de escolarização dos egressos da Escola.

A Estação de Pesquisa foi implantada em 2003, com recursos do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), mas só em maio deste ano foi institucionalizada, depois de receber a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPEX). No mês de julho, começou a fazer parte da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS), rede internacional coordenada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), com o apoio técnico da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

A Estação já desenvolveu dois projetos: 'Perspectiva de Trabalho para Profissionais de Nível Técnico em saúde no Norte de Minas Gerais' e 'Impacto do Profae na qualidade dos serviços de saúde: uma avaliação pós-cursos ministrados pela Escola Técnica de saúde do centro de ensino Médio e fundamental da Unimontes'. O projeto 'Acompanhamento do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde ministrado pela ETSUS' já está em andamento e o 'Acompanhamento de egressos' vai ser executado no decorrer de 2006. Além disso, há planos de se disponibilizarem pesquisas e informações num site. Para que esse e outros projetos sejam colocados em prática, aguarda-se a aprovação do plano diretor da ROREHS, que libera verbas para a implementação das ações.

A perspectiva é ampliar a articulação com as outras Escolas da RET-SUS que pretendem desenvolver ou já desenvolvem pesquisas, inclusive com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que também sedia uma Estação Observatório dos Técnicos em Saúde. Mais informações sobre a Estação da Escola Técnica da Unimontes podem ser obtidas através do e-mail: [estação.pesquisa@unimontes.br](mailto:estação.pesquisa@unimontes.br)

## Revista discute educação e saúde no mundo globalizado



Foi lançado, neste segundo semestre, o sexto número da revista científica 'Trabalho, Educação e Saúde', editada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Um dos temas desta edição, representado em mais de um trabalho, são as conseqüências da expansão do capitalismo global e do neoliberalismo para a saúde e a educação.

Há ainda artigos sobre a formação dos enfermeiros nos últimos anos, o desenvolvimento docente na área da saúde e um relato de experiência sobre o Programa de Saúde da Família. Outro texto analisa o surgimento e a trajetória da Organização Mundial de Saúde.

O decreto 5154, assinado este ano pelo presidente Lula, que permite a rearticulação entre ensino médio e técnico é tema de outro artigo, que trata da importância da educação politécnica nos campos teórico, político e pedagógico.

O entrevistado dessa edição é Emir Sader, professor e doutor em ciências políticas da USP, que fala, dentre outras coisas, sobre a importância dos movimentos sociais, o esgotamento teórico do neoliberalismo e a atual situação geopolítica da América Latina.

Para ter mais informações, ler os textos pela Internet ou assinar a revista, basta acessar o site <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br>.

## 'Há diferenças claras entre funções auxiliares e principais'

Representante da ABCD fala sobre regulamentação do THD

**N**esta edição, damos voz a Wilson Chediek, membro do Conselho Nacional de Representantes da Associação Brasileira de Cirurgiões-dentistas (ABCD) e diretor da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), que está do outro lado da polêmica sobre a regulamentação da profissão do THD e do ACD. Toda essa discussão é sobre a aprovação ou não do substitutivo do deputado Marcelo Barbieri, o que significa decidir sobre os limites (técnicos e corporativos) de atuação do profissional de nível médio e do cirurgião-dentista. Para entender melhor o contexto, leia também a entrevista da edição passada desta Revista.

Os pontos mais polêmicos do substitutivo são os incisos que falam sobre a remoção de tártaro e biofilme supra-gingival e de inserir, condensar, esculpir e polir substâncias restauradoras. Qual a posição da ABCD em relação a isso? Acreditamos que um profissional bem preparado possa executar amplas funções, porém, algumas atribuições, definidas pela lei 5081, que regulamenta o exercício da odontologia no Brasil, são de exclusiva competência do cirurgião-dentista (CD). Há diferenças claras entre funções auxiliares e principais. Uma coisa é auxiliar o CD realizando a profilaxia bucal, a conhecida 'limpeza', removendo o biofilme supragingival (placa bacteriana), outra, completamente diferente, é realizar a raspagem de tártaro, com instrumentos cortantes específicos que são objetos de uma ampla carga horária nos cursos de odontologia. Inserir condensar, esculpir e polir é realizar uma restauração do começo ao fim: atribuição exclusiva do CD. O dia em que não precisarmos de um CD para realizar restaurações odontológicas, então que fechemos as faculdades de odontologia e criemos apenas os cursos de especialidades, como a endodontia, prótese, entre outras, até que se passem para algum técnico essas atribuições também, aí poderemos extinguir o curso de odontologia em nível superior. No passado, as restaurações eram predominantemente de amálgama, que utilizam uma técnica mais simples de confecção. Atualmente, o processo de restauração se tornou mais complexo e repleto de particularidades, o que obriga os cursos de odontologia a aplicarem uma ampla carga horária específica, teórica, laboratorial e clínica, para ensinar restaurações. Não po-

demos aceitar que, em nome de contratações mais 'baratas', maus gestores, sejam eles públicos ou privados, utilizem uma mão-de-obra menos qualificada podendo comprometer a qualidade dos tratamentos e a saúde da população, principalmente dos menos favorecidos, pois aqueles com mais recursos financeiros continuarão exigindo que um CD confeccione as suas restaurações.

**A ABCD defende que trabalhe 1 TSB para cada CD. A FIO vinha defendendo 5 para 1 e, no documento da audiência pública, fala-se em 3 para 1. Que critérios vocês usam para defender essa proporção? Tendo em vista a enorme dívida social da Saúde Bucal, essa proporção está coerente com a realidade?** Existe realmente uma séria dívida do governo para com a população e com os CDs, pois a política adotada nos últimos anos pelo Ministério da Educação deixou proliferar um número absurdo e mal distribuído de faculdades de Odontologia no Brasil. Apesar disso, a contrapartida governamental que deveria contratar esses profissionais em número suficiente e com salários dignos para acabar com a dívida social na Saúde Bucal não aconteceu. Agora, o Ministério da Saúde está ampliando a assistência à saúde bucal. E é também de nossa responsabilidade zelar para que a população não seja prejudicada, pois o que se pretende, ao tentar dar aos TSBs atribuições exclusivas dos CDs, e ainda defender uma proporção de 1 CD para 5 TSBs, é substituir o CD pelo TSB, precarizar o atendimento à população e pôr em risco a qualidade dos tratamentos. Nós temos hoje no Brasil, em números oficiais do Conselho Federal de Odontologia,

mais de 203 mil CDs e apenas 5.938 THDs, ou seja, um THD para cada 34,26 CD. A cada ano, formamos cerca de 13 mil novos CDs e não formamos mais de 500 THDs, o que aumenta cada vez mais essa proporção. Com esses números, onde está a coerência quando se propõe um número maior de THDs que CDs na equipe? Se, para quitar a dívida social com a saúde bucal for preciso mais THDs que CDs em uma equipe, além de se ampliar o número de THDs, está mais do que na hora de nosso governo fechar as faculdades de odontologia. A defesa de uma equipe com três profissionais, um CD e dois auxiliares, sendo um THD e um ACD, não é só da ABCD, mas também do Conselho Federal de Odontologia, Federação Nacional dos Odontologistas, da unanimidade dos seus sindicatos, da maioria dos professores e acadêmicos de Odontologia, além de outras sociedades odontológicas como a Sobrepe, GBPD, Abasco, SBTd. A dívida social com a saúde bucal não pode ser paga sem investimento em material humano qualificado, pondo em risco a saúde da população mais carente, expondo-a a seqüelas e custos muito maiores no futuro. É óbvio que um técnico pode aprender as atribuições que hoje são, por lei, de exclusiva competência do cirurgião-dentista, mas, para isso, precisa de um currículo mais amplo, que em muito vai se assemelhar ao do curso superior. E, com o número de CDs que o Brasil possui, nós não precisamos de uma proporção maior de técnicos na equipe e sim de mais equipes com mais profissionais disponibilizados para o atendimento da população, sobretudo a mais carente. ■

# Pedagogia das competências:

## Estudiosos colocam em discussão documentos do

**V**ocê, que trabalha numa Escola Técnica do SUS, já está familiarizado com as chamadas competências profissionais. Mas, se, em todos os tempos, todo mundo sempre quis ser competente, por que, nos últimos anos, essa idéia invadiu as instituições formadoras e virou nome de pedagogia?

O parecer 16/99, do Conselho Nacional de Educação, que propõe diretrizes para a educação profissional no Brasil, define competências como “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. Em outro trecho, o documento explica: “Pode-se dizer, portanto, que alguém tem competência profissional quando constitui, articula e mobiliza valores, conhecimentos e habilidades para a resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual, superando a experiência acumulada transformada em hábito e liberando o profissional para a criatividade e a atuação transformadora”.

“Eu quero ser assim. E você?”. A provocação é de Marise Ramos, vice-diretora de ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e uma das principais estudiosas do tema no país, que foi consultora do Profae e é autora do livro ‘Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?’.

Claro que ela reconhece que um trabalho bem feito envolve as competências das pessoas. Mas

chama atenção para a necessidade de se identificarem as concepções de sociedade e educação que estão por trás desse discurso tão bem articulado. E as conclusões a que os estudos dela chegam sinalizam um caminho perigoso. “Do ponto de vista político-social, a pedagogia das competências vem reforçar uma visão de mundo baseada nas relações que classificam, valorizam e julgam as pessoas exclusivamente a partir das suas competências individuais”, explica. Essa leitura situa as competências num contexto mais amplo, como parte do que ela chama de “sociabilidade contemporânea”, que se manifesta na substituição dos direitos políticos por contratos individuais; na cultura do imediatismo e dos fragmentos; e na flexibilização do trabalho e das relações. Mas como?

Vamos por partes: em primeiro lugar, segundo Marise, competência é processo e não produto. Segundo, é individual e subjetiva. Para ela, aqui já surge um problema: como uma Escola pode listar competências como aquilo que quer atingir na formação se elas só se desenvolvem em cada sujeito, diante da situação de trabalho? Mais importante do que isso, para ela, é o que não fica explícito. “Nessa concepção, a realidade — no caso, o processo de trabalho — é paradoxalmente abordada como algo estático, já dado, naturalizado. A experiência dos indivíduos é que precisa ser modificada”, diz. Moral da história? “Todo o resto

vai bem, só o sujeito vai mal”.

Já do ponto de vista pedagógico, Marise acha que a teoria das competências é contraditória quando fala de “capacidade de agir em situações inusitadas”. Isso porque, segundo ela, para fugir do conteudismo, as competências correm o risco de cair no outro extremo, o do tecnicismo, quando defendem que o conhecimento seja tratado de



# autonomia ou padronização?

## MEC, do Ministério da Saúde e prática das escolas

forma associada ao contexto em que é aprendido — no nosso caso, a atuação nos serviços de saúde. Ela diz que, na melhor das hipóteses, essa fórmula forma pessoas que lidam bem com os conhecimentos, mas nunca vai formar pessoas capazes de produzir novos conhecimentos, exatamente porque o conteúdo é valorizado na sua utilidade prática, sem que se ensine a “dinâmica

da ciência”.

Claudia Marques, que faz parte da equipe do Setor de Certificação de Competências (SCC), do Profae, Deges/SGTES/MS, acha que tudo depende de como se define o conceito de competência. Para ela, esse novo caminho só pode significar uma mudança positiva se expandir a formação para além da tarefa, superando exatamente a visão tecnicista. “Entendo competência como o desenvolvimento da capacidade de mobilizar os vários saberes que um sujeito tem para a realização da ação; a competência, no caso da saúde, se expressa na capacidade de um ser humano cuidar de outro, articulando conhecimentos, atitudes, valores e tecnologias necessárias ao ato de cuidar. Essa visão enfatiza o saber, superando o foco no fazer. A competência, na nossa visão, envolve a discussão sobre o conceito de saúde como qualidade de vida, ética, valorização da autonomia dos usuários para decidir sobre sua própria saúde, trabalho em equipe, interação e comunicação entre profissionais e usuários, processos de produção e de trabalho na saúde”, define.

Divaneide de Souza, pedagoga do Cefope, do Rio Grande do Norte, diz que o importante é o educador ter clareza da sua intencionalidade para não ser ingênuo e acabar trabalhando para reforçar o *status quo*. “A viabilização das propostas que estão por trás de qualquer pedagogia depende da compreensão de quem faz”, diz. Mesmo achando que as competências valorizam o sujeito e

propõem uma sociedade mais igualitária, ela diz que é preciso ter muito cuidado para não enfatizar mais as habilidades do que os conhecimentos, exatamente para não voltar ao tecnicismo. “As habilidades dependem de conteúdos, não na perspectiva da reprodução, mas da reflexão, para que os alunos possam se colocar no mundo fazendo escolhas, conscientes das suas opções”, avisa.

### Diferença entre trabalho e Escola

Claudia fala das competências também como uma opção pedagógica para ajudar na aproximação entre o mundo da escola e o do trabalho, possibilitando trazer o processo de trabalho para dentro da formação. “As pessoas vão continuar aprendendo no trabalho, mas nós podemos trazer boa parte disso para a Escola”, explica.

Nesse ponto, Marise chama atenção para a diferença entre ter o processo de trabalho como referência da prática pedagógica — o que, segundo ela, é imprescindível para a educação profissional — e querer reproduzir, na Escola, o espaço de trabalho. Em outras palavras, na opinião dela, as competências não se formam dentro da escola, mas sim no enfrentamento da realidade: à escola cabe proporcionar o acesso aos conhecimentos, articulando trabalho, ciência e cultura.

Mas esse debate não precisa soar como uma bomba nem gerar uma crise total de identidade do seu trabalho porque, mesmo que não tenham elaborado dessa forma, provavelmente algumas Escolas já promoveram mudanças nesse modelo em função da sua



vivência. Para exemplificar, Marise lembra a fala de Ruth Gouveia, diretora da ETSUS de Pariqueira-Açu, de São Paulo, durante uma oficina sobre avaliação de competências promovida pela SGTES/MS no último Senaden. No trabalho de grupo, Ruth relatou que, nos certificados de cursos emitidos pela Escola que dirige, ela nunca escreve que o aluno *desenvolveu* as competências requeridas para aquela função. O texto diz que o aluno *foi formado* para desenvolver essas competências. Parece uma sutileza? Para Marise, faz toda diferença: é uma clareza que vem da constatação de que a competência só vai se manifestar de fato nas situações reais de trabalho.

Segundo ela, no entanto, essa confusão é histórica. A noção de competências nasce, principalmente, no ambiente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E, de forma coerente, se desenvolve primeiro no espaço das indústrias e dos serviços, chegando, em países como França e Alemanha, a ser apropriada em benefício dos trabalhadores, pela percepção de que o sujeito tem saberes próprios, que fogem à linha de montagem e fazem a diferença no trabalho. Surge, primeiro, como teoria. Depois, se transforma, por um lado, em modelo de gestão para as empresas e, por outro, em pedagogia, entrando no espaço da escola. Para ela, aí é que começa o problema.

Na Saúde, por exemplo, antes de existirem as ETSUS, a formação de trabalhadores, quando havia, se restringia a treinamento, feito diretamente nos serviços. Para Marise, o movimento de criação planejada de Escolas que dessem conta desse processo é um sintoma de que a formação pelo serviço é insuficiente, mesmo para os objetivos de puro desenvolvimento técnico. O problema é que, ao invés de repensar a noção das competências, que estava presente nesse momento, mesmo que ainda não fosse nomeada, tentou-se levá-la para dentro dos muros da escola. O próximo passo necessário, na opinião de Marise, é o que as ETSUS vêm fazendo ao longo desses anos: assumir-se como lugar de formação. “Se não estiver comprometida com a

produção de conhecimento, não é Escola, é outra coisa”, diz.

### Adaptação e resistência

Independentemente de você ter concordado ou não com as discussões que foram apresentadas até aqui, essa polêmica deve ter despertado pelo menos uma curiosidade: por que a pedagogia das competências se difunde com tanta velocidade e ganha tanta adesão não só no Brasil, mas no mundo todo?

Primeiro porque o discurso das competências enfoca a valorização da experiência dos alunos, o que é um grande avanço em relação a um tempo em que só se reconhecia a importância do saber científico, centrado na figura do professor. Mas também aqui Marise faz um alerta: “A experiência é válida como ponto de partida. Só não podemos achar que o papel da Escola é aperfeiçoar os conhecimentos que as pessoas já têm. Na minha opinião, a Escola tem que ir além, precisa dialogar com esses conhecimentos, mas buscando superá-los em direção à compreensão crítica”, diz. Isso porque, para ela, o foco individual das competências somado à supervalorização da experiência pode resultar numa formação de sujeitos prontos a se *adaptarem* à realidade e não a *transformá-la*.

Marise aponta ainda outra razão para o sucesso da pedagogia das competências. “Muitas pessoas se sentem acolhidas pela idéia de competências porque, com elas, parece mais fácil saber aonde querem ir. Mas quem é Escola já deveria saber antes”, opina.

Por fim, há o aspecto legal. Segundo interpretação geral, as diretrizes curriculares nacionais exigem que, para serem aprovados pelos conselhos de educação, os currículos sejam feitos por competências. Mas nem por isso todos esses aspectos críticos estão sendo reproduzidos indistintamente no Brasil e no mundo. Muitas instituições, seja de forma consciente, por resistência, seja de modo inconsciente, por dificuldade técnica, listam as competências, de acordo com a lei, mas como se fossem objetivos. A diferença? “Os objetivos são acordos coletivos, são

uma indicação de horizontes comuns à Escola, aos alunos e aos professores. Já as competências são sempre individuais”, explica Marise. E completa: “Como posso dizer que, no trabalho, o sujeito vai ser de um jeito ou de outro? Se eu tentar objetivar e listar esses comportamentos pessoais, passo a me preocupar com condutas e desempenhos e corro o risco de tentar padronizar as pessoas”, diz.

### Na Saúde: perspectiva contra hegemônica

Apesar de todos esses estudos e debates, a Saúde vem tentando construir uma nova leitura e aplicação para as competências. E tudo começou no Profae. Cláudia Marques afirma que o esforço do Ministério da Saúde tem sido o de elaborar instrumentos que sirvam de subsídios às instituições formadoras na organização e implementação dos processos de educação profissional. É nesse sentido que estão sendo elaborados, pactuados e validados perfis profissionais de competência. “Mas as estratégias pedagógicas para viabilizar a formação é responsabilidade das escolas. O que temos defendido ao longo dos últimos 20 anos é que a formação seja problematizadora, utilizando-se do currículo integrado, de forma a garantir a contextualização da formação e a integração ensino-serviço-comunidade”, diz.

Neize Deluiz, professora e pesquisadora da Unesa, no Rio de Janeiro, na área de educação, que foi consultora no início do Profae, junto com Marise, naquela época identificava o Projeto como uma primeira experiência de utilização contra-hegemônica da pedagogia das competências. Cláudia também acha que o MS tem ressignificado o conceito de competências para a área da saúde. Segundo ela, a concepção que vem sendo adotada e utilizada é muito mais ampla, por exemplo, do que aquela trazida pelos documentos do Ministério da Educação.

Mas ela admite que boa parte da construção teórica que hoje o Ministério tem acerca das competências

ainda não existia quando o Profae foi para as ruas. Isso quer dizer que a maioria dos cursos implementados pelo Profae não está sintonizada com a realidade que a equipe do SCC fez e que está orientando, por exemplo, a criação do sistema de avaliação. Por isso, eles já pensam na realização de seminários locais, que envolvam o máximo possível de professores, para discutir esse novo referencial das competências.

Embora reconheça as adaptações de resistência que muitas instituições já fazem — como listar objetivos e chamar de competências —, Marise não acredita mais numa perspectiva contrahegemônica dessa pedagogia. “Acho as competências dispensáveis como algo definidor do currículo”, diz. Fora da prática da escola, a história é outra. “A idéia de competência é uma grande coisa: significa que o sujeito sabe, tem

conhecimentos formais e autonomia intelectual, lê, questiona e age sobre a realidade, faz bem as coisas. Mas a riqueza dessa noção exige que ela fique livre, que não se aprisione numa rota formativa, que não enquadre o sujeito e sua criatividade numa linha de montagem”, opina. Viu a confusão? Agora, você está convidado a participar desse debate. ■

## Avaliação de competências: o esforço do Profae

O SCC/Profae, após a realização do teste-piloto da certificação, em setembro de 2002, está agora testando uma nova proposta metodológica para avaliação de competência. A perspectiva é de que o resultado desses esforços seja mais tarde apropriado pelas Escolas Técnicas do SUS em outras áreas além da enfermagem. O grande desafio, no entanto, é como avaliar, de forma integrada, o saber-saber, o saber-fazer e o saber-ser, três dimensões que compõem as competências. Podemos dizer que o saber-saber diz respeito à aquisição de conhecimentos; o saber-fazer, à habilidade, portanto, aplicação prática desses conhecimentos; e o saber-ser, às atitudes e valores. Mas Claudia Marques, que está coordenando esse processo, explica que esses níveis não podem ser trabalhados separadamente, nem na formação nem na avaliação.

Então, é isso: com a mudança da formação, a avaliação também se tornou mais complexa. Marise Ramos diz que a escola deveria avaliar os conhecimentos formais que o aluno apreendeu e o quanto ele é capaz de utilizá-los e criticá-los, embora sempre haja o risco de avaliar apenas a capacidade do sujeito de reproduzir e transmitir conteúdos.

No esforço de ser coerente com a concepção de competências e de avaliação assumida pelo Profae, o Ministério da Saúde já concluiu que é preciso um conjunto de instrumentos para avaliar a competência. Esse

modelo, que será testado em breve, terá, primeiro, uma avaliação escrita objetiva, que está sendo construída com a ajuda da Fundação Cespe, da UnB. Depois, haverá uma prova prática, realizada virtualmente, já que a avaliação em situação real de atendimento, segundo Claudia, se mostrou inviável, por vários motivos, sendo que o mais importante foi a exposição dos usuários a riscos desnecessários. Quem está montando essa ferramenta virtual é uma equipe da Telemedicina da USP, que construiu o homem virtual. A terceira avaliação é de psicomotricidade, utilizando bonecos sensorizados confeccionados especificamente para essa finalidade. E, por fim, uma prova-oficina com dinâmica de grupo focal para avaliar principalmente o saber-ser.

O saber-ser é, provavelmente, a dimensão mais difícil de ser avaliada. Segundo o documento intitulado “planejamento estratégico da validação da metodologia de avaliação de competências profissionais de auxiliares de enfermagem egressos dos cursos – Profae”, elaborado pela SGTES/MS, no caso específico do auxiliar de enfermagem, “o saber-ser é demonstrado principalmente nas relações estabelecidas com os usuários, com as equipes, com os familiares e com a instituição”, e se expressa “por atitudes de solidariedade, civilidade, compartilhamento, responsabilidade e ética”. Como critério, o documento aponta nove indicadores: “interagir com o usuário e seus familiares; estar atento à linguagem corporal do usuário; respeitar va-

lores e direitos do usuário; buscar alternativas frente a situações adversas; recorrer à supervisão para a solução (ou encaminhamento) dos problemas identificados; executar com pertinência, oportunidade e precisão as ações e os procedimentos sob sua responsabilidade; interagir com a equipe para a organização do trabalho de enfermagem; reconhecer e exercer seus direitos e deveres como trabalhador; situar-se como sujeito social na prestação do cuidado em enfermagem”.

Para Marise, os métodos tradicionais já procuravam dar conta de ‘medir’ conteúdos teóricos e sua aplicação. Já o saber-ser pretende ser a ‘grande inovação’ da pedagogia das competências. “Não acredito que essa dimensão possa ser medida. Isso é muito perigoso porque podemos nos aproximar muito do doutrinamento. Mas, se a Saúde está conseguindo estabelecer com clareza qual o seu campo de valores, sem correr esse risco, estou aberta ao diálogo”, diz.

Esse projeto está sendo levado adiante como parte do componente 2 do Profae, que tratava da modernização das Escolas Técnicas do SUS. Portanto, essa fase de testes está sendo desenvolvida com amostras de alunos de algumas ETSUS, selecionadas por região geográfica. Se tudo der certo, a metodologia será difundida para as Escolas. Mas, retomando o tema principal desta reportagem, antes de se apropriar desse caminho de avaliação, vai ser preciso discutir o conceito de competências: como instrumento, teoria ou pedagogia.



## Participação do trabalhador e fin Terceiro e quarto eixos da Confer

**A**proveitar o momento para discutir não só a gestão do trabalho no nível macro, com questões como a precarização dos vínculos, mas também tratar das relações de trabalho mais locais, em ambientes específicos, como as unidades de saúde. Esse é, de acordo com Francisco Batista Junior, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social, dirigente da CUT do Rio Grande do Norte e membro da comissão organizadora da Conferência Nacional e da estadual, o objetivo do eixo 'participação do trabalhador na negociação da gestão do trabalho e da educação na saúde'.

Segundo ele, a principal estratégia pensada, tanto pelo movimento sindical quanto pelo Conselho Nacional de Saúde, é a criação de conselhos gestores nas unidades. A idéia é que esses sejam espaços de participação de profissionais e usuários no debate e na formulação do dia-a-dia do trabalho. Uma discussão, que coloca sindicalistas e gestores em lados opostos, é se esses conselhos devem ser deliberativos ou apenas consultivos. "Queremos que, no plano específico, os trabalhadores possam ser ouvidos, ter a opinião respeitada e aceita como referência", diz Francisco.

Um outro ponto importante de ser debatido, fundamental para a consolidação desse papel mais ativo do trabalhador, é a forma de seleção dos gestores das unidades de saúde. Hoje, a regra é a indicação política. Mas já faz tempo que isso é questionado. O relatório final da 2ª Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde, realizada há 11 anos, por exemplo, deliberou que se passasse a ter "Seleção para os cargos de direção do SUS aberta aos servidores, com regu-

lamentação própria, envolvendo perfil necessário ao cargo, experiência profissional e formação adequada". Segundo Francisco, não há consenso no movimento sindical sobre se basta substituir a indicação política por eleição ou se é preciso também exigir, tal como diz o texto de 1994, que o 'candidato a gestor' tenha também que passar por um processo seletivo que comprove sua capacidade técnica de ocupar aquele lugar.

É preciso ficar atento para saber se essa discussão vale também para 'unidades' como as Escolas Técnicas do SUS, já que, entre as 34 que existem formalmente hoje, apenas três elegem seus diretores — a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no Rio de Janeiro, o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez, de Piauí, e, mais recentemente, a Escola Técnica de Saúde Professora Valeria Hora, de Alagoas, que, por iniciativa da própria gestão, este ano escolheu a chapa de direção e vice-direção no voto.

### Financiamento da saúde

Outra questão fundamental terá espaço garantido nas mesas de debate da Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: o 'Financiamento do trabalho e da educação na saúde pela União, estados e municípios', terceiro eixo do evento. O documento-base da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que vai acontecer de 15 a 18 de março do ano que vem, propõe investimentos e incentivos que se baseiem "no estabelecimento de indicadores orçamentários que orien-

tem o processo de consolidação da política de valorização do trabalho e dos trabalhadores de saúde", além de reconhecer que "a definição das fontes de financiamento, pactuadas entre as três esferas de governo, para a implantação de planos de carreira também é de extrema importância".

Para Julio Müller, do Conass, tudo isso significa defender mais investimentos em gestão e qualificação dos trabalhadores e o estabelecimento de regras mais claras para o repasse de recursos. Já Silvio Fernandes, presidente do Conasems, que também é a favor de uma distribuição mais homogênea dos investimentos, acredita ainda que é necessária a participação do MEC no financiamento da educação na saúde.

Entidades como o Conass, Conasems e o Conselho Nacional de Saúde são unânimes em defender medidas mais eficientes para o financiamento. Uma prova disso foi a manifestação em defesa do SUS, ocorrida no dia 19 de outubro, no qual estes conselhos, aliados à Confederação Nacional de Saúde, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com o apoio da Frente Parlamentar da Saúde, reivindicaram maior rapidez na regulamentação da Emenda Constitucional 29. A emenda, em tramitação no Congresso Nacional, estabelece regras para o repasse de recursos para o SUS. "Sem a regulamentação, não há como municípios, estados e União definirem quanto deve ser investido na saúde. Por isso, acabam acontecendo problemas sérios, como vincular gastos de outros setores no orçamento da saúde, como o saneamento básico e os hospitais universitários, de competência do MEC", diz Julio Muller. Na edição de setembro da revista RET-

# anciamento da educação e do trabalho em saúde

## ência Nacional falam sobre negociação e investimento

SUS há uma matéria trazendo informações mais detalhadas sobre a Emenda Constitucional 29.

O texto-base da Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde retoma ainda uma das propostas da 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2000, no que diz respeito à Educação na Saúde. A idéia é destinar recursos na ordem de, “no mínimo, 1% do orçamento da saúde, para qualificar a capacitação de recursos humanos em cada esfera de governo, com prioridades e programa aprovados pelo respectivo Conselho”.

De acordo com o presidente do Conasems, Silvio Fernandes, alguns municípios, como Aracaju, em Sergipe, e Sobral, no Ceará, já estão conseguindo atingir essas metas, o que permitiu a criação, respectivamente, do Centro de Educação Permanente da Saúde e da Escola de Formação Visconde de Sabóia, ambas candidatas a integrar a RET-SUS. “Aracaju, por exemplo, investe atualmente cerca de 1,5% do gasto anual da saúde em educação. Além da educação permanente, o município está realizando um curso de especialização em saúde coletiva, a residência multiprofissional em saúde da família, e se prepara para iniciar o curso técnico de ACS”, explica.

“O investimento na área é essencial para o desenvolvimento institucional do trabalho e das profissões de saúde com orientação para o SUS”, diz o documento-base. Por isso, as ETSUS não devem ficar de fora desse processo. ■

### A polêmica do fundo a fundo nas Escolas Técnicas do SUS: uma questão política

Para as Escolas Técnicas do SUS, que, em sua maioria, não são unidades orçamentárias, é fundamental acompanhar de perto os debates sobre financiamento da formação. Recentemente, por exemplo, as ETSUS estão tendo que lidar com o repasse fundo a fundo para a formação do ACS, o que significa administrar um dinheiro que foi depositado no fundo estadual. E a diversidade de opiniões e experiência mostra que provavelmente esse é um debate maior, sobre a prioridade da formação para os gestores.

A Escola da Saúde Professora Valéria Hora, de Alagoas, é uma unidade de ensino técnico vinculada à Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e não diretamente à Secretaria Estadual de Saúde. Desde outubro do ano passado, aguarda o repasse total de cinco parcelas de R\$ 738 mil, pactuadas na Comissão Intergestora Tripartite para a implantação do curso técnico de ACS. “A primeira parte dos recursos entrou no fundo estadual em 30 de abril, mas a Secretaria Estadual de Saúde determinou que o dinheiro só seria liberado quando a Uncisal assinasse um Termo de Cooperação Técnica, que foi firmado em 14 de julho”, conta Tânia Mendes, vice-diretora da ETSUS. Mas, segundo ela, a história não terminou por aí. Como o valor não entrou no relatório do Orçamento Geral da Uncisal para o ano de 2005, que deveria ser encaminhado para a Secretaria até 6 de junho de 2004, a Escola comunicou o problema ao Ministério da Saúde, que decidiu pela suspensão temporária do recurso. “Toda essa burocracia tem

sido muito desgastante. Já capacitamos os instrutores, estamos com tudo pronto, mas não pudemos implantar as turmas por conta da falta de repasse”, explica Tânia.

Para outras realidades, o fundo a fundo é visto como uma medida eficiente. “Essa é a forma mais regular e direta de repasse, já que são depositados diretamente no fundo estadual, chegando com mais agilidade”, acredita Carlile Lavor, da Escola de Saúde Pública do Ceará. Antes de pôr em prática essa modalidade de financiamento, a ETSUS-CE implantou um curso-piloto de ACS, através de um convênio com o Ministério da Saúde, sem intermédio da Secretaria Estadual. Ele conta que para começar o técnico de ACS, a Escola encaminhou o projeto ao Ministério em julho do ano passado, e o convênio foi firmado em outubro do mesmo ano. “Desde março deste ano, formamos 5.200 agentes. Mas estamos elaborando um novo projeto, para atender a oito mil ACS em todo o estado, agora por meio do fundo a fundo. Serão R\$800 por agente, com os custos de transporte e alimentação a cargo do fundo municipal. Não estamos com dificuldades porque esse projeto foi todo discutido em conjunto com a Secretaria de Estadual de Saúde”, explica.

Maria Bonifácio, consultora técnica do Deges/SGTES/MS, concorda que a saída para as dificuldades de financiamento das Escolas Técnicas do SUS é estabelecer parcerias com os gestores locais, “para juntos encontrarem a melhor forma de gerir os recursos”.

### Vigilância em Saúde e ACS na Bahia

A Escola Professor Jorge Novis, da Bahia, está preparando, na segunda quinzena de novembro, oficinas pedagógicas para os tutores do Proformar. Na formação dos agentes locais de vigilância em saúde, a Escola já concluiu 11 turmas, totalizando 330 pessoas, e está em curso a formação de outras 25, com 750 alunos. Até dezembro, deverão ser formadas mais 15 turmas.

A Escola se prepara também

para oferecer o curso técnico de agente comunitário de saúde. Já elaborou inclusive o guia curricular que vai orientar o professor e nortear toda a formação técnica do ACS. Neste mês de novembro, a Escola está investindo na capacitação pedagógica de 580 coordenadores locais, que serão os multiplicadores da metodologia em todo o estado. A intenção é formar 21 mil agentes comunitários de saúde até setembro do ano que vem.

### Rodas de Conversa na ETSUS Pará

Integração entre gestores de governo e sociedade civil. Essa é a mais nova proposta da ETSUS do Pará. Mesmo sem ter sido oficialmente criada, no último dia 6 de outubro, a Escola iniciou as 'Rodas de Conversa', ciclo de debates que vai ocorrer a cada dois meses, com a participação de um representante do poder público e de

entidades do terceiro setor para discutirem propostas que busquem a melhoria das condições de saúde da população. A roda inaugural aconteceu no auditório da Escola e contou com a presença de Raldo Costa Filho, ex-diretor do Programa Nacional de AIDS, e de instituições voltadas para o tratamento e a luta contra o HIV.

### Unimontes firma convênio para Saúde Mental

A Escola Técnica de Saúde da Unimontes, em Minas Gerais firmou convênio com o Ministério da Saúde para implantação do 'Núcleo Macrorregional de Formação em Saúde Mental e Produção de Conhecimento', que tem como um dos seus objetivos o desenvolvimento de um programa permanente de formação de pessoal nessa área para atuar na região norte mineira. Para Cristina Sampaio, coordenadora das atividades, além de promover a capacitação dos profissionais, o Núcleo vai permitir uma discussão sobre a necessidade da Reforma Psiquiátrica.

Agora em novembro, o Núcleo vai oferecer os cursos de 'Atualização em Saúde Mental para Enfermeiros e Médicos de Atenção Básica', com 50 vagas e duração de 80 horas; 'Atualização em Saúde Mental para Agentes Comunitários de Saúde do PSF e PACS', de 40 horas (50 vagas); 'Atualização para Atendimento de Urgência em Álcool e Drogas para Enfermeiros e Médicos Plantonistas dos Hospitais Pólo de Microrregião', 40 horas e 40 vagas. O Núcleo tem ainda a proposta de ampliar suas atividades, oferecendo mais capacitações no início do ano que vem.

### Erramos!

Na revista nº 11, de setembro, na página 11, a notícia sobre as ETSUS que recebem recursos do Proep contém um erro.

A Escola Técnica de Saúde do

Tocantins já tem o valor definido para a sua construção, de R\$ 1,45 milhões.

O documento pendente é o termo de cessão do terreno, já em andamento.

### Inclusão digital no Pará

A Escola Técnica do SUS Pará, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, agora no início de novembro, começou a oferecer cursos de informática nos níveis básico e avançado, com duração de 30 dias cada. De acordo com Mytsi Nunes, coordenadora de implantação da ETSUS, que ainda não foi oficialmente criada, o objetivo é "incluir os servidores da Secretaria Executiva de Saúde do Paraná na era digital". As aulas são ministradas no laboratório de computação da Escola, com 12 alunos por turma, distribuídas nos três turnos.

### Curso de terapia intensiva na ETSUS Pernambuco

A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco acaba de lançar o curso de 'Terapia Intensiva para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem em Controle de Infecção Hospitalar e Vigilância Sanitária'. A aula inaugural foi proferida por Fátima Sampaio, professora da ETSUS e especialista em UTI, no último dia 21 de outubro, no auditório da 1ª Gerência Regional de Saúde, que fica na sede da Escola. Segundo a Escola, o curso tem o objetivo de preparar a equipe para prestar uma assistência mais efetiva, eficaz e humanizada na UTI.

As atividades têm duração de 280 horas e são voltadas para 250 profissionais da rede estadual, distribuídos por nove turmas, em sete hospitais do Recife. As unidades que participam do curso são o Hospital Agamenon Magalhães, o Hospital Barão de Lucena, o Hospital de Restauração, o Hospital Getúlio Vargas, o Hospital Otávio de Freitas, o Hospital Universitário Osvaldo Cruz e o Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam).

## Formação de ACS na Escola da Unimontes

A Escola Técnica de Saúde da Unimontes, em Minas Gerais, vai iniciar, na primeira quinzena de novembro, a primeira etapa da formação dos Agentes Comunitários de Saúde com duração de 400 horas, destinado aos agentes integrantes das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS). A intenção é formar 3,9 mil agentes na região do norte de Minas e parte dos municípios de Jequi-

tinhonha e Mucuri.

Na Unimontes, o curso terá duas etapas – e não três, como sugere o texto dos referenciais curriculares. Na segunda, é necessário que o agente tenha o ensino médio completo ou o esteja cursando ao mesmo tempo. Nesse caso, a duração é de 600 e 200h, respectivamente. A Escola aguarda recursos do Ministério da Saúde, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Unesco para começar a formação.

## Comemorações marcam os 60 anos da ESP-MG

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), criada em junho de 1946, está celebrando seus 60 anos de existência com uma série de atividades socioculturais, educacionais e científicas, que começaram em outubro e prosseguem até junho do ano que vem.

Uma comissão composta por funcionários da Escola está responsável pela organização, divulgação e promoção dos eventos, que vão contar a história da ESP, destacando sua importância social, e buscar caminhos para ampliar a visibilidade da Escola no âmbito da saúde pública,

a fim de trazer benefícios concretos para a instituição e para a comunidade que utiliza seus serviços. Até o fim do período comemorativo, a comissão fará reuniões periódicas, sob a orientação da pedagoga Marli Moisés.

Na agenda de comemorações, já aconteceu o lançamento dos 'Cadernos da ESP-MG', que conta com depoimentos de alunos e ex-alunos e estão previstos a exposição '60 anos em Seis Décadas'; ; o projeto 'Nosso Espaço: Identidade Arquitetônica da ESP-MG'; a edição de um selo comemorativo, além de palestras especiais e *shows* de música.

## Formação de professores em Pernambuco

O trabalho na Escola de Saúde Pública de Pernambuco não pára. De maio a julho deste ano, a ETESPPE já ofereceu capacitação pedagógica, com carga horária de 80 horas, para 389 profissionais que atuam como instrutores do curso de ACS no estado. Segundo a Escola, a capacitação procurou desenvolver nos docentes a reflexão sobre os problemas de saúde

da comunidade e sobre a dinâmica do processo de aprendizagem.

Entre agosto e outubro, aconteceram oficinas pedagógicas com duração de 16 horas, para 219 docentes que já haviam concluído aquela primeira capacitação, visando a aproximá-los do conteúdo pedagógico do curso, das estratégias e do material didático adotado pela instituição.

## THD, Profae e Proformar em Alagoas

O Conselho Estadual de Educação autorizou a Escola Técnica Professora Valéria Hora, de Alagoas, a implantar o curso de THD, com a aprovação de seu plano de curso. O próximo passo é a aprovação do plano orçamentário, já aprovado no Conselho Estadual e que será encaminhado ao Ministério da Saúde.

No último dia 14 de outubro, a Escola Técnica de Saúde de Alagoas concluiu suas duas últimas turmas do Profae. No momento, a Escola também concentra seus esforços na formação de cinco turmas do Proformar.

## Oficina de Mobilização de Trabalhadores no Pará

Nos dias 17 e 18 de outubro, a Escola Técnica do SUS do Pará realizou uma oficina de trabalho, com o objetivo de mobilizar formadores e outros parceiros para cooperar no processo de implantação do Projeto Político Pedagógico da ETSUS Pará. A oficina, que contou com palestrantes como Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES/MS, e Graça Tonhá, diretora da ETSUS Bahia. Os temas estiveram focados principalmente na apresentação e gestão do Sistema Único de Saúde e no histórico de implantação da RET-SUS.

## ACS e THD na Paraíba

O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba está elaborando o material didático para a Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde e o material pedagógico que vai ser utilizado na formação dos docentes. No dia 10 de outubro, Núbia Nunes e Marta Peralba, técnicas do Deges/SGTES/MS, visitaram a Escola para discutir o curso e conhecer o projeto mais de perto. Em 22 de setembro, o Cefor também recebeu Regina Áurea, do Deges, para retomar as discussões sobre o curso de THD.

## Formação de Técnicos vira eixo temático do Abrascão

Você já pode se inscrever para o Fórum Internacional que discutirá educação profissional

A educação de técnicos em saúde conquistou um espaço importante no 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, organizado pela Abrascão. Trata-se do Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, evento paralelo ao Abrascão e ao 11º Congresso Mundial de Saúde Coletiva, que acontecerão entre os dias 21 e 25 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro. Você precisa correr porque as inscrições já estão abertas e os trabalhos científicos precisam ser enviados até o dia 20 de janeiro, pela Internet, ou até 13 de janeiro, pelo correio. E a participação dos professores das Escolas Técnicas do SUS é fundamental.

O evento é voltado para pesquisadores e pós-graduandos das áreas de Trabalho e Educação, Saúde Pública e de Relações Internacionais, gestores de serviços públicos de saúde, docentes e técnicos de Escolas Técnicas de Saúde não só do Brasil, mas também de países latino-americanos e africanos de língua ofi-

cial portuguesa para que se troquem experiências e apontem necessidades. A organização é da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e a promoção envolve várias instituições, dentre elas, a RET-SUS e a SGTES/MS.

Como autor principal, você pode enviar até três trabalhos — como co-autor, não há limite para inscrições —, desde que eles estejam relacionados com um dos quatro temas indicados pelo Fórum: 'Integração Educação Básica e Educação de Técnicos Em Saúde'; 'Trajetórias Formativas e Profissionais de Trabalhadores Técnicos em Saúde'; 'Formação/Qualificação e Certificação Profissional de Trabalhadores Técnicos em Saúde' e 'Configuração Ocupacional e Regulação do Mercado de Trabalho em Saúde e suas Relações com os Processos Formativos'.

Além da apresentação dos trabalhos selecionados, fazem parte da programação do Fórum a reunião da Rede Internacional de Educação

de Técnicos em Saúde (RETS) — cuja secretaria executiva acaba de ser transferida para a EPSJV, que é centro colaborador da OMS para a educação de técnicos em saúde, a cargo da coordenação de cooperação internacional. Serão exibidos também painéis com quatro temáticas: 'Formação de trabalhadores em saúde face às transformações sociais do século XXI e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: um desafio internacional'; 'Perspectivas Teórico-Metodológicas da Educação de Técnicos face aos desafios das Políticas de Saúde'; 'Realidade e desafios da Educação Profissional em Saúde para o fortalecimento dos sistemas de saúde na América Latina' e 'Realidade e desafios da Educação Profissional em Saúde para o fortalecimento dos sistemas de saúde em Países Africanos de Língua Portuguesa'. Ou seja: tudo que as Escolas Técnicas do SUS fazem e vivenciam, só falta sistematizar e tornar público.■

### Apresse-se para enviar trabalhos: é só até 20 de janeiro!

Para inscrever seu trabalho no Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, basta enviar um resumo de uma página (até 2400 caracteres), em folha A4, fonte Times New Roman 12, espaço simples e margens de 3 cm. Como trata-se de um evento internacional, os textos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol. Eles serão analisados pela Comissão Científica do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, da qual farão parte

pessoas diretamente ligadas à educação de técnicos. Para isso, inscreva seu trabalho no tema de letra 'E' (outros) e inclua o subtema E.1, escrevendo o nome 'Educação de Técnicos em Saúde'.

Você pode enviar o resumo pelo correio até o dia 13 de janeiro de 2006, ou pela Internet, no site <http://www.saudecoletiva2006.com.br/portugues/papers.php>, até 20 de janeiro. Nas inscrições pelo correio,

os resumos devem ser gravados em disquete ou CD-ROM (formato RTF ou Word) e ser acompanhados de três cópias impressas. O endereço para remessa é Av. Ataulfo de Paiva, 1251, sala 410, Leblon, CEP 22440-031, Rio de Janeiro – RJ, aos cuidados da Método Eventos.

Mais informações em [http://www.saudecoletiva2006.com.br/portugues/ev\\_paralelos.php](http://www.saudecoletiva2006.com.br/portugues/ev_paralelos.php) ou pelo e-mail [cci@epsjv.fiocruz.br](mailto:cci@epsjv.fiocruz.br).